

Onde começa o Norte? O Mediterrâneo entre *border* e *fronteer* da Fortaleza Europa

Carla Panico¹

Email: c.panico02@gmail.com

Abstract: On 18 April 1955, the Indonesian President Sukarno declares the Bandung Conference open. He pronounced the inaugural speech of the conference, talking about the importance of the recognition of what he called “the life-line of Imperialism”: along those lines, the was “pumped the life-blood of colonialism”; the territories on both sides of this lifeline were colonies. The first of this line, according to Sukarno, passed across the Mediterranean sea. The aim of this paper is exactly to inquiry the contemporary space of Mediterranean sea as a cross-point of abyssal lines; otherwise, as a place that could be defined, at the same time, as border and frontier.

In the first definition, i would like to think about the concept of “border” not only as a imaginary line that simply separate colonial Europe from the rest of the world; on the contrary, my porpoise is to imagine the Mediterranean border as a methodology for regulating and controlling the integration of racialized labor force in contemporary Europe.

In the second definition, the space of the Mediterranean sea could be imagine as a “frontier”, in the sense of a space of political possibility and solidarity alliances: the ambiguity of the relation between North and South that the Mediterranean sea define seems to be an opportunity for the “Epistemology of the South”. Southern Europe, as a internal South inside the global North, is constituted by this transitional geographical identity: could we imagine the political meaning of this cartography as a battleground we are challenged to cross?

Keywords: Mediterranean, migrations, internal Souths, borders, Southern Question

¹ É doutoranda no Programa Doutoral em Poscolonialismos e Cidadania Global. É mestre em Historia Contemporânea pela Università di Pisa, em Itália, onde focou a sua tese de mestrado na *Questione Meridionale* de Antonio Gramsci. Os seus interesses de estudo estão relacionados com a produção dos Sul internos ao Norte global, principalmente em relação ao espaço euro-mediterrâneo contemporâneo, aos fenómenos migratórios e aos movimentos sociais que o atravessam. É militante nos movimentos sociais italianos desde o ciclo de lutas de 2008 contra a crise económica.

Introdução

O objetivo deste texto é o de propor uma reflexão sobre o conceito de fronteira no espaço do mar Mediterrâneo contemporâneo, a partir da dupla perspectiva que a palavra pode oferecer – ao longo do texto serão definidas duas palavras em inglês: *border* e *fronteer*. O enfoque estará – considerando a enorme quantidade de contributos atualmente produzidos por acadêmicos e ativistas sobre esse assunto – no diálogo com as Epistemologias do Sul, evidenciando os pontos que considero serem de possibilidade e dificuldades para aprofundar o diálogo. Especificadamente, especial atenção será dada aos fenômenos migratórios que cruzam o Mediterrâneo contemporâneo, e como estes fenômenos, interagindo com o espaço do Sul Europa, podem ser determinantes para repensar a relação entre Sul/Norte geográficos e epistemológicos

Deste ponto de vista, é possível e produtivo considerar o Mediterrâneo como um espaço estruturalmente ambíguo – palavra com um significado neutro e não pejorativo – no qual as dimensões geográficas confundem as deslocções do Norte e as dimensões do poder multiplicam os Suis. A análise centra-se no Mediterrâneo enquanto espaço de atuação das políticas migratórias da Comunidade Europeia, e sobre como estas políticas, hoje, interagem com a geografia do Sul Europa – procurando ilustrar que territórios se encontram, em simultâneo, a constituir o Sul interno da forteza Europa e o Norte do Mediterrâneo, ou seja, a porta de acesso a esta Europa.

No espaço assim definido, a península italiana assume um papel peculiar, enquanto território no meio do mediterrâneo, particularmente interessado dos fluxos migratórios – ou, mais especificadamente, na construção do discurso político contemporâneo sobre o tema das migrações. A última parte do ensaio será dedicada aos acontecimentos que se desenrolaram em Itália em junho 2018, quando os portos foram fechados pelos navios das ONGs que transportavam migrantes no Mediterrâneo.

A reação a esta decisão do governo italiano é concretizada no começo da campanha “*Aprite i porti*” - abram os portos: uma mobilização que se difundiu dentro e fora da Itália a partir da iniciativa de algumas cidades litorâneas do Sul Itália que se ofereceram para acolher aos migrantes, apesar da falta de autorização do governo central.

Esta campanha é um bom caso de estudo para colocar duas questões. A primeira

diz respeito à solidariedade e às alianças. Por outras palavras, remete-nos à questão de como “descolonizar as fronteiras” e qual é a epistemologia do Sul necessária para mobilizar esta descolonização. A segunda permite questionar o papel da cidade e da autonomia política desta, como possível espaço de produção dessas novas alianças no período em que o Estado-nação se transforma cada vez mais numa instituição de legitimação do fascismo social.

O Mediterrâneo: Fronteiras para quem?

Antes de analisar o tema e o caso de estudo, considero importante destacar alguns temas preliminares para situar o presente trabalho.

Como ativista e pesquisadora proveniente do Sul Itália, o tema das fronteiras tem tido um profundo impacto pessoal durante últimos anos, caracterizados como os anos da “crise migratória” ou da “crise dos refugiados”.

Fui criada numa região – Puglia – que, durante a década de 1990, representou a “porta” de ingresso oriental à Itália. Esta região corresponde ao lugar mais próximo da península Balcânica onde desembarcaram importantes fluxos migratórios. Estes fluxos tiveram, então, uma dimensão importante, devido aos conflitos e às guerras que cruzavam a região.

Na região periférica do Norte global onde nasci – extremidade de uma península a Sul, que constitui também o ponto mais a leste da Itália, onde o Mediterrâneo se divide entre o mar Adriático e mar Jónico – a minha única experiência foi com as fronteiras marinhas, devido à distância das fronteiras terrestres. De um lado, a presença constante do mar como um exíguo espaço que divide os territórios italianos e estrangeiros: o Canale d'Otranto, um espaço líquido que separa a Itália dos países balcânicos, e que tem poucos quilómetros de largura. Nos dias de céu limpo e de mar sereno, é possível ver no horizonte o contorno da costa da Albânia. Cruzando aquela líquida fronteira, a cada noite chegavam “ao Ocidente”, como declaravam então os jornais italianos, dezenas e dezenas de seres humanos. Eram pessoas que marcavam com a sua presença física a nossa experiência diária, quer enchendo os portos, quer simplesmente com a aparecimento dos seus objetos pessoais que davam à costa no verão, ao alvorecer. As fronteiras internas ao norte global, aquelas do Estado-nação e das suas divisões internas, delimitavam também a região. Esta últimas, fronteiras que

oficialmente não estão traçadas no mapa da Itália, fazem-nos parte do Sul, um Sul que na história nacional italiana sempre foi considerado uma fronteira interna de primitivismo, subalternidade e inferioridade. Esta é uma região que precisava e continua a precisar de ser “civilizada” através da grande narrativa do “desenvolvimento” e da “modernidade”. Um Sul que quase não aparecia nos livros de história das escolas primárias e secundárias, posicionado nas periferias do nacionalismo italiano e da narrativa europeia. Roma, capital da Itália – situada no centro-sul do país – dista quase 600 quilómetros, enquanto Tirana, capital da Albânia, fica a apenas 250 quilómetros, através do mar.

O “Norte”, da Itália e da Europa, surgia distante das nossas experiências diárias, reaparecendo, sobretudo, na longa narrativa histórica de emigração, que estava escrita nas nossas histórias de família. Ao longo de todo o século XX, o Sul da Itália representou, de facto, a base da força de trabalho para o Norte Europa – Suíça, Bélgica, Alemanha e França –, base do desenvolvimento do capitalismo industrial nacional. Nos anos seguintes, durante a minha formação académica, a questão do Sul da Itália como espaço de “colonização interna” tornou-se o meu campo de estudos. Relacionado às questões migratórias, trabalhei principalmente com o Sul da Itália como espaço de emigração – e com menos relevo sobre a imigração. O Mediterrâneo, enfim, constituiu um Sul – aquele que, de facto, marcava com a sua linha de costa da Europa mediterrânea o espaço da subalternidade no interior da narração da nação italiana e do continente europeu. Só mais tarde iniciei os meus estudos tratando o Mediterrâneo como Norte.

Deslocando as fronteiras: o Mediterrâneo *as border*

Como descrevi anteriormente, no presente texto reconstruo o sentido ambíguo do espaço do Mediterrâneo em relação à geografia do Norte e do Sul da Europa. Procuo reconstruir esta geografia através da experiência subjectiva dessa ambiguidade, para o que é fundamental explicitar o próprio lugar de fala.

O tema das migrações rumo à Europa e dos refugiados nunca foi um tema central ao meu trabalho; pelo contrario, este tema está mais relacionado com a minha experiência como ativista e militante (sul) italiana.

A centralidade do tema no atual debate político italiano - a construção de uma

nova identidade nacional, num país onde o conflito norte-sul nunca foi solucionado – e a afirmação de um estado de “fascismo social” e de um governo explicitamente racista, transformaram, no seu conjunto, a questão migratória no tema fundamental da construção do discurso hegemónico.

Vivendo fora do país por quase um ano, fui confrontada várias vezes com a necessidade de explicar a situação italiana. O meu posicionamento, porque agora distante do lugar da minha “pertença” e da atividade política, pareceu-me constituir, de alguma maneira, uma oportunidade para desenvolver uma análise sobre um tema que, normalmente, era mais parte da minha experiência pessoal, e que não havia sido traduzido em trabalho académico. Deste ponto de vista, um texto publicado em 2016 com o título “Un/walling Europe. New forms of knowledge from Southern Italy” foi uma referência preciosa. Cristina Lombardi-Diop,² autora deste texto, propõe uma análise da fronteira mediterrânea assente numa interpretação do Sul de Itália como espaço caracterizado pela profunda distancia – económica, cultural e social – do centro da Europa. Esta autora define o Sul de Itália em relação as migrações que aí chegam através do Mediterrâneo como “o seu espelho escuro e a sua fronteira periférica”. Mas, sobretudo, o que considero muito importante, é o posicionamento que Lombardi-Diop assume: o seu ponto de vista é “ao mesmo tempo, teórico e exemplificativo, distante e próximo”. Escrevendo a partir dos Estados Unidos, a autora desenvolve um olhar “externo” sobre o Mediterrâneo, que ela mesma codifica como uma prática pós-colonial de “writing back”.

Nesta mesma linha, durante o primeiro semestre de doutoramento, produzi, de facto, um texto conclusivo de um seminário, com o título “*Reproducing borders, reproducing abyssal lines: representation and governance of “migrations’ emergency” in contemporary Italy*”. Neste texto procurei explicar como a representação da “emergência migratória” – produzida através das ferramentas do direito e do saber – é responsável pela construção de uma hegemonia da direita, profundamente racista, atualmente muito ativa em Itália. Nesse mesmo trabalho tratei de abordar uma contradição que me pareceu central: é possível descolonizar a reapresentação da questão migratória – de um ponto de vista académico e militante – sem discutir o papel de quem está produzindo a mesma representação? Por outras palavras, é possível descolonizar os

² Publicado em Cazzato-Silvestri (2016).

estudos e a política sobre as migrações, num contexto em que os sujeitos diretamente envolvidos não se podem representar?

Com estas perguntas pretendo dar visibilidade a uma “hiperprodução” de discursos políticos e académicos dentro do Norte global e sobre suas fronteiras e, sobretudo, sobre o papel das pessoas que atravessam estes discursos. São discursos que, dentro da academia europeia, são desenvolvidos sobretudo a partir de um ponto de enunciação branco e privilegiado, e, ao mesmo tempo, completamente naturalizados como o único possível. A autorepresentação dos migrantes e dos refugiados é praticamente inexistente na academia europeia. Através de pesquisadores e ativistas com passaporte europeu foi possível uma representação das fronteiras além do romântico, pacificado ou caritativa.

Tendo internalizado esta contradição, procurei desenvolver um pensamento não hegemónico sobre as questões das fronteiras e das migrações europeias. Procurei desenvolver um pensamento que não neutralizasse o meu lugar de fala como cidadã europeia; pelo contrário, procurei visibilizá-lo enquanto problemático. Desse ponto de vista, a metodologia de referência no panorama italiano dos estudos sobre migrações e fronteiras está assente no trabalho desenvolvido pelo sociólogo sul italiano Gennaro Avallone. Trata-se de uma metodologia focada particularmente na construção de uma perspectiva decolonial. Através da análise dos mecanismos migratórios usados pela sociologia do trabalho, Avallone propõe uma metodologia de “*conricerca*”, ou seja, de “pesquisa participada”. Centrando-se na questão da mão de obra migrante para o trabalho agrícola, Avallone (2017) sugere uma atitude militante à pesquisa académica, trabalhando com as trabalhadoras e trabalhadores, com os sindicatos autónomos, e com as organizações de luta. O seu objetivo explícito é o de descolonizar a relação entre o académico – que normalmente é um cidadão europeu - e os migrantes, a partir do espaço de pertença/estranheidade à Europa que o Sul da Itália representa.³

Nesse sentido, o Mediterrâneo como espaço ambíguo parece-me representar uma boa ocasião para experimentar um posicionamento complexo, um lugar simultaneamente parte do Norte global mas parte de um Sul interno. Esta posição permite indagar o Mediterrâneo como fronteira, um território que hoje constitui o lugar de chegada das ondas migratórias extraeuropeias, que, ao mesmo tempo, tem uma

³ O seu último livro, que se debruça sobre este tema, intitula-se “Decolonizzare le migrazioni” (Avallone – Torre, 2018).

história de subalternidade e emigração em relação ao resto da Europa. Como já sublinhado por Luigi Cazzato (Cazzato-Silvestri, 2016) a operação de “murar” o Mediterrâneo é historicamente uma questão “meridional”, intimamente relacionada com a questão do Sul de Itália, uma questão que é também pós-colonial. Este autor apresenta uma ideia “vertical” do Mediterrâneo, entre uma suposta parte “em cima” - o seja o Norte - e uma suposta parte “em baixo” - o Sul. É esta interpretação vertical que importa “descolonizar”. Segundo Cazzato sem esta análise crítica é impossível construir e reconhecer uma “horizontalidade mediterrânea decolonial” que se oponha decididamente à representação que é “a barbárie” da fronteira.

Com a possibilidade, neste ano, de assistir as aulas magistrais do Prof. Boaventura de Sousa Santos – onde uma tratava exatamente ao tema das fronteiras⁴ – pude enfrentar diretamente a dificuldade presente no mundo acadêmico dos estudos pós-coloniais. A partir de uma crítica a um seu, intitulado “Não disparem sobre o utopista” (Santos, 2000), – Sousa Santos problematiza, à distância de alguns anos, qualquer ingenuidade no uso do termo “fronteira” como metáfora produtiva, num sentido – associado à palavra em inglês “fronteer” - que tem mais a ver com a mitologia da fronteira nos Estados Unidos da América (Santos, 1987). Esta narração, hoje, resulta pouco oportuna de um ponto de vista político, pois a representação coletiva da fronteira está muito mais conectada a um processo de encerramento do acesso ao Norte Global. Este processo apoia-se no medo produzido pelo movimento de “retorno do colonizado” – expresso nas figuras do refugiado, do terrorista e do migrante – que Sousa Santos descreve (2007). A fronteira transforma-se assim em *border*, ou seja, em linha de exclusão, parcialmente sobreposta às linhas abissais. Neste contexto, o Mediterrâneo constitui uma complexidade ainda maior que é preciso desenvolver.

Em primeiro lugar, o Mediterrâneo enquanto *fronteer* tem uma antiga historia de cruzamentos e trajetórias híbridas que seria impossível reconstruir aqui: o que me parece importante sublinhar é que a ideia de que os cruzamentos nesse mar têm como destino único a Europa, tendo como origem África e o Próximo Oriente. Esta é uma concepção relativamente recente, e estritamente vinculada a afirmação do Norte global como espaço homogêneo e hegemónico.

⁴ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=G9jx1srNHrk>, acessado em Outubro 2018.

Como escreve Felicita Tramontana,⁵ os “refugiados religiosos” judeus que no século XV foram expulsos da Espanha e de Portugal encontraram refugio nos territórios do Magreb. Igualmente, muitos foram os aventureiros italianos e ingleses que, no século XVI, se transferiram para o Império Otomano e no norte de Africa em busca de riquezas. Somente no século XX os fluxos migratórios se invertem. Este processo tem as suas raízes nas opções políticas que, a partir do século XVII, constroem a hegemonia europeia como poder imperial e colonial único, culminando com a devastação dos recursos naturais e humanos do continente africano. De toda maneira, as principais migrações de camponeses sem posses do Magreb rumo à Europa acontecem somente após a Segunda Guerra Mundial, como consequência das políticas coloniais em África.

A 18 de abril de 1955, o presidente Indonésio, Sukarno, declarou aberta a Conferência de Bandung. Ele pronunciou o discurso inaugural da conferência, falando sobre a importância do reconhecimento do que ele chamou de "a linha vital do imperialismo". Uma linha que, segundo Sukarno, atravessou o mar Mediterrâneo:

Sisters and Brothers, how terrifically dynamic is our time! I recall that, several years ago, I had occasion to make a public analysis of colonialism, and that I then drew attention to what I called the "Life-line of Imperialism". This line runs from the Straits of Gibraltar, through the Mediterranean, the Suez Canal, the Red Sea, the Indian Ocean, the South China Sea and the Sea of Japan. For most of that enormous distance, *the territories on both sides of this lifeline were colonies*, the peoples were unfree, their futures mortgaged to an alien system. Along that life-line, that main artery of imperialism, there was pumped the life-blood of colonialism.⁶

Este extrato do discurso do presidente Sukarno é de importância central para definição das linhas do poder que cruzam o Mediterrâneo. Especificadamente, a expressão que destaca que “os territórios de ambos os lados dessa linha foram colônias” exemplificam perfeitamente a natureza ambígua das relações de poder no Mediterrâneo. Nesse sentido, o estreito espaço de água que separa o continente africano do Sul da Itália quase que desempenha o papel de um espelho com o poder de refletir e reproduzir

⁵ Veja-se <https://theconversation.com/migrants-have-crossed-the-mediterranean-for-centuries-but-they-used-to-head-from-north-to-south-97287>, consultado em Julho de 2018.

⁶ O itálico é meu. Agradeço a Prof. Maria Paula Meneses a sugestão deste texto.

imagens de diferentes subalternidades, de diferentes Sul epistemológicos e geográficos. Obviamente essa reflexão não tem por objectivo comparar as condições de vida e os privilégios de quem, hoje, vive num lado ou noutro desse mar; pelo contrário, a representação deve ser feita a partir de uma complexa modalidade de atuação da fronteira, que não atua como linha de separação, mas também como linha que junta e reproduz o Sul em diferentes relações de poder geograficamente deslocadas.

Utilizando um texto recente, publicado de Sandro Mezzadra e Breit Nielsen em 2013, é possível chegar a uma definição de fronteira que reflete muito o debate que caracteriza a realidade italiana: complexidade das fronteiras baseia-se na capacidade que esta forma de governação tem de gerir vidas e de exercer poder sobre o espaço, ou seja, *Border as a method*, título desta obra.

No caso específico da relação entre o Norte e o Sul no espaço do Mediterrâneo contemporâneo, a fronteira de acesso à Fortaleza Europa é hoje uma linha abissal marcada por uma atitude necropolítica (Mbembe, 2003), que produz exclusão, exploração e morte a diferentes níveis e em vários lugares. Esta atitude tem um impacto directo no plano jurídico e político europeu: o novo regime de gestão das migrações - assinado em 18 de março de 2016 - está orientado para a introdução de filtros crescentes nos processos migratórios.

Na realidade, a União Europeia adoptou uma política baseada em três pilares: (1) repatriação; (2) parcerias específicas com países terceiros afetados pelas rotas migratórias para levar a cabo o seu controlo (a chamada externalização de fronteiras); (3) projetos-piloto de migração legal e revisão do Cartão Azul da UE, destinados exclusivamente a trabalhadores altamente qualificados e capazes de assegurar, como a Comissão Europeia referiu explicitamente em novembro de 2017, "que os Estados-membros possam contar com a mão de obra que necessitam, quando precisam".⁷

Este novo regime de gestão estrutura-se através da identificação do bloco central de mobilidade - a chamada "rota dos Balcãs". A materialização desta interpretação está plasmada num acordo com a Turquia e em vários acordos intergovernamentais, através dos quais o controle e a criminalização preventiva de pessoas sob o rótulo de migrações irregulares podem ser ampliados, assistindo-se igualmente ao desenvolvimento de novas

⁷ Dados da Agenda Europeia para as migrações, 2017, disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_IP-17-4484_it.htm, acedido em Julho 2018.

políticas neocoloniais interessadas no controle militar e económico desses territórios.⁸ Estas políticas, de facto, tornam impossível o acesso legal e ordinário à Europa; ao mesmo tempo, o deslocamento da fronteira mediterrânea para Líbia tem gerado a permanência forçada em campos situados nessa região, onde as pessoas migrantes são sujeitas a torturas, violações e venda em condição de escravidão. Consequentemente, a pesquisa de novas vias de acesso à Europa através do Mediterrâneo mostra que essas rotas são cada vez menos seguras e geridas em benefício dos traficantes de seres humanos.⁹ O resultado é um aumento crescente de pessoas mortas no Mediterrâneo, especialmente em 2018, em relação aos anos precedentes (dados comparados com os disponibilizados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os refugiados).¹⁰

As políticas italianas e europeias em relação à migração são de permanente filtragem, exercida através de acordos com governos autocráticos ou sem garantias dos direitos das pessoas que circulam nessas rotas, como é o caso dos turcos ou líbios. A seleção é feita com recurso a políticas flexíveis de gestão de fronteiras, que, na realidade, nunca estão completamente fechadas. Como sublinhado por Avallone num artigo recente,¹¹ as fronteiras funcionam como *membranas* que, dependendo das diferentes necessidades económicas e políticas das empresas-alvo, permitem que as pessoas passem de maneira variável e diferenciada ao longo do tempo. Desde 2016, a membrana tem estado a encolher, o que tem sido acompanhado de políticas e discursos relacionados para sustentar essas restrições. Esta opção política tem vindo a dificultar a migração e a produzir uma mão de obra futura cada vez mais enfraquecida, mas necessária a vários setores económicos: trata-se de uma política migratória neocolonial, de controlo do trabalho. A inserção desta mão de obra precária e sem garantias, no mercado de trabalho, influencia estruturalmente o sistema de produção dos países europeus. Em particular, é a relação de reprodução de racionalidades coloniais que este

⁸ É nesta perspetiva que a proposta do Presidente francês Emmanuel Macron, avançada no final de agosto de 2017, de abrir centros de acolhimento em África, deve ser incluída, antecipada e depois seguida pelo governo italiano através de um conjunto de opções políticas destinadas a reduzir as chegadas de migrantes, que têm a área do Níger e, de fato, a Líbia, como ponto central de referência.

⁹ Entre inícios de 2018 e junho do mesmo ano encontraram a morte no Mediterrâneo mais de 1.000 pessoas, das quais quase 300 apenas em quatro dias, entre 29 de junho e 3 de julho. No computo geral, nos últimos 15 anos a fortaleza Europa é responsável pela morte de 34.361 pessoas no Mediterrâneo. O periódico italiano *Il Manifesto*, de 22 de junho 2018, dedicou um número especial, com 56 páginas, contendo os nomes de todas as vítimas identificadas desta tragédia.

¹⁰ Disponível em <https://data2.unhcr.org/en/situations/mediterranean>, consultado em julho de 2018.

¹¹ Disponível em <http://effimera.org/regime-europeo-delle-migrazioni-nella-crisi-gennaro-avallone/>, consultado em Julho de 2018.

processo tem vindo a gerar no sul interno da Europa, ou seja, na costa norte do Mediterrâneo.

Dentro de uma dinâmica extrativista e de uma racionalidade colonial de gestão do território, o Sul da Itália – que é, por razões geográficas evidentes, o primeiro lugar a que chegam os migrantes que cruzam o Mediterrâneo – é também o espaço onde está concentrado o campo primário da produção capitalista europeia: o da agricultura. Juntamente com a parte sul do Estado Espanhol – a província de Almería, em Andaluzia – o Sul italiano produz quase 80% dos produtos agrícolas vendidos na Europa (Caruso, 2015). Dentro uma dinâmica que podemos definir de “monocultura” económica, típica de uma atitude colonial de exploração intensiva dos territórios e dos recursos exauríveis, o Sul de Itália, enquanto território “atrasado”, foi vinculado a uma “vocação agrícola”, transformando-se numa enorme plantação onde se produz a baixo custo vegetais e fruta para o mercado capitalista europeu (Panico, 2018).

Como evidenciado em diversos estudos (Avallone 2017; Avallone - Molinero 2016), a mão de obra que torna possível esta produção industrial, a um custo muito baixo, é quase inteiramente constituída de migrantes “clandestinos”, explorados em condições semelhantes à da escravidão. Esta realidade, juntamente com a presença de novos pobres no Sul da Itália, fruto da crise económica, transforma esta parte da população em trabalhadores – e, sobretudo, trabalhadoras – dos campos agrícolas. Este exemplo das políticas europeias de utilização das fronteiras do Mediterrâneo mostra que estas não podem ser simplesmente definidas como políticas de bloqueios: a fronteira do Mediterrâneo – também no significado de *border* – mantém a sua “natureza porosa” (Mezzadra e Nielsen, 2013), funcionando como ferramenta de exclusão e inclusão diferenciada, onde excluir uns é preciso para poder decidir as condições em como outros podem ser incluídos, produzindo uma mão de obra necessária mas clandestina.

#Apriteiporti: Estados, cidades, *fronteers* e conexões Sul-Sul

No mês de outubro de 2013, na costa da Sicília – no extremo Sul de Itália – verificou-se a maior atrocidade envolvendo a morte de centenas de seres humano no mar Mediterrâneo contemporâneo: mais de 366 pessoas afogaram-se, na sequência do naufrágio do barco que os procurava fazer chegar à Europa. Esta tragédia poderia ter sido evitada, mas a falta de socorro por parte da marinha militar italiana e de outros

navios presentes no mar – a da falta de um código de responsabilidade em matéria de socorro naval no Mediterrâneo – não permitiu salvar ninguém. Na sequência deste evento, o governo italiano começou uma operação oficial “humanitária e militar” para salvar vidas humanas no Mediterrâneo: a operação *Mare nostrum*.

Esta mesma operação foi interrompida em 2014, altura em que foi substituída pela operação *Triton*, gerida pela agência europeia *Frontex*, com o objectivo explícito de “proteger as fronteiras”, mas não de salvar as pessoas. Na sequência desta opção assisteu-se ao aumento significativo do número de mortes no Mediterrâneo. Em 2015, em consequência, nove ONGs internacionais encarregaram-se, apoiando-se na presença de 13 navios, do socorro das pessoas com risco de morrer cruzando o Mediterrâneo. Já em 2017, com o governo do Partido Democrático em Itália e com a gestão das migrações por parte do Ministro do Interior Marco Minniti – responsável pela negociação dos compromissos com a Líbia, o que inclui a detenção de migrantes em campos em África, antes de eles chegarem ao Mediterrâneo – estas ONGs tornaram-se objetos de explícitos ataques políticos e legais. O tribunal de Catânia – uma cidade da Sicília – iniciou, com o apoio do Ministério do Interior, um processo penal acusando as ONGs de “tráfico de seres humanos”, acusando essas organizações de cumplicidade com os traficantes que gerem ilegalmente a travessia de pessoas no Mediterrâneo.¹²

Em 2018, as eleições italianas produziram um governo formado pelo *Movimento cinque stelle* – anti-partido populista explicitamente favorável ao bloco dos fluxos migratórios – e a *Lega Nord* – partido historicamente racista, formado nos anos 90 com o objectivo de separar o norte da Itália do Sul, que descrevem como “criminoso e preguiçoso”. Posteriormente a *Lega Nord* tornou-se um partido nacionalista e a favor da supremacia branca.

É neste contexto que em junho 2018, ocorreu um evento central. Um navio da ONG *Medicins sans frontières*, o *Aquarius*, com mais de 600 pessoas a bordo, salvadas das águas, chegou ao canal da Sicília. Todavia, o Estado italiano comunicou, através do Ministro do Interior (e não o dos Negócios Estrangeiros) que o navio não poderia atracar, devendo seguir em direção a Malta. Entretanto, Malta, estado membro da EU, recusou também aceitar o navio, afirmando não estar dentro de sua jurisdição. É assim que se inicia o confronto político e as interpretações legais. Na verdade, um confronto

¹² Disponível em <http://effimera.org/apriamo-porti-gennaro-avallone/>, acedido em julho de 2018.

totalmente virtual, feito de palavras, ameaças, e muitos tweets: o ministro do Interior – o líder da Lega Nord, Salvini – anuncia exatamente por meio do Twitter o encerramento dos portos italianos, não permitindo a chegada dos navios das ONGs. Além da possível ilegitimidade legal desse procedimento, esta batalha completamente centrada no tema do “orgulho e da soberania nacional” que era supostamente preciso defender, transformou-se num em acto em que mais de 600 pessoas ficavam bloqueadas dentro de um navio no meio do mar. Mas esta tensão também produziu mobilização social: em muitas cidades junto ao mar no Sul da Itália foram rapidamente convocadas concentrações para exigir a reabertura dos portos; a mobilização aconteceu com forte apoio das redes sociais, associada ao hashtag #apriteiporti, que começou a difundir-se também fora de Itália. A reação das instituições foi muito forte: em primeiro lugar, o presidente da câmara municipal da cidade de Nápoles – que não pertence aos partidos clássicos da política italiana – anunciou que a cidade se disponibilizava a abrir o seu porto e a acolher os migrantes, contra a vontade do governo central e sem receber financiamentos pelo acolhimento. Do ponto de vista jurídico estava-se perante um impasse, por que não se pode definir nem a legitimidade da escolha do governo central nem a das instituições cidadãs.

Enquanto o navio andava à deriva no Mediterrâneo, outras cidades do Sul de Itália começam a declarar a sua disponibilidade para abrir os portos, o que também significou um ato de desobediência: os presidentes das câmaras municipais de Messina, Taranto, Palermo, Reggio Calabria juntaram-se ao protesto. No final até a “alcaldesa” da cidade de Barcelona, Ada Colau, tomou publicamente a mesma posição: Barcelona abriu o seu porto. Esta situação de emergência imediata resolve-se com a intervenção do governo do Estado Espanhol – que também é geralmente cúmplice das políticas de restrições da Comunidade Europeia.¹³ O navio Aquarius foi finalmente acolhido em Espanha. Na sequência deste caso, é possível desenvolver algumas reflexões.

Na época atual, as políticas migratórias dos estados-nação europeus – e dos organismos supranacionais da Comunidade Europeia – têm procurado transformar o Mediterrâneo no maior “cemitério líquido” (Colombo-Perazzini, 2018)¹⁴ da história

¹³ Este tema não é tratado neste texto.

¹⁴ O artigo aqui citado propõe uma longa reconstrução da genealogia e do uso desta metáfora, que é hoje comumente utilizada na linguagem político e dos jornais, o que torna difícil definir um autor/autora específico.

contemporânea. Estas políticas, que se realizam com o consentimento eleitoral baseado na produção do “medo do estrangeiro” invasor, que “rouba o nosso trabalho” – argumento particularmente útil em contextos que sofreram tremendamente o impacto da crise financeira global, que se traduz em elevadas taxas de desemprego – acumulam acusações, tais como os migrantes querem aproveitar-se dos “nossos” recursos, violam as “nossas mulheres”, etc.

A crise humanitária associada à explosão de políticas racistas (e com o consequente extermínio de homens, mulheres e crianças nas águas do Mediterrâneo) é, em primeiro lugar, uma crise da própria Europa, significando o estilhaçar da sangrenta identidade colonial do continente. Não há, nesta crise, uma inovação impossível de prever; pelo contrario, o que se observa é a total continuidade, o “retorno do colonizador” (Santos, 2014). Esta crise revela também a crise do modelo do estado-nação europeu, baseado na violência das fronteiras como princípio de ordem, de governo e de identidade; uma crise que se exprime na contradição violenta entre os novos nacionalismos que estão aparecendo em toda a Europa e a tendência supranacional das políticas comunitárias europeias, baseadas no mesmo autoritarismo financeiro e na racionalização tecnocrática. Esta mistura de soberania e neo-liberismo, de velhas e novas fronteiras – que se presumem mais líquidas (pelas mercadorias), mas, ao mesmo tempo reafirmam a própria violenta materialidade (pelas pessoas) – é a articulação fundadora do poder capitalista na Europa contemporânea, cujo alcance ultrapassa a racialização da população. Nesta complexa estruturação do poder, é de extrema importância insistir sobre o surgimento das contradições entre estados-nação e organismos europeus de controlo de um lado, e autonomias dos territórios do outro: nesse sentido, é paradigmático o caso da cidade de Barcelona, capital de uma região com uma historia de reivindicações independentistas contra a racionalidade colonial do Estado-Nação espanhol. Mas a minha observação sobre a questão da autonomia dos territórios não é unicamente à existência de territórios que são ativamente organizados na busca de secessão administrativa. Pelo contrário, procuro ir mais além na articulação entre sentido de pertença/não pertença ao estado-nação e a independência das organizações dos territórios. O papel das cidades – como territórios de construção de uma política autónoma, de relação, de solidariedade e de gestão independente e colectiva dos bens comuns – os *commons* – pode, neste sentido, ser fundamental: na

historia de imigração rumo os Estados Unidos – principalmente na fronteira com o México – foi inventado o conceito de “cidade santuário”, para indicar aquelas cidades – que por vezes são territórios mais vastos - que protegem imigrantes irregulares da deportação, recusando-se a cooperar com forças federais de imigração. Neste sentido, seria interessante pesquisar os processos de empatia que estão a gerar outros tipos de “cidade santuário” no sul de Itália.

O “novo municipalismo”, como foram chamados as novas experiências de governo participativo de cidades, é um fenómeno que interessa a muitas cidades do Sul europeu, usado pelos movimentos sociais contra a crise económica e financeira.¹⁵ Estes territórios mediterrâneos podem, talvez, constituir os novos espaços de construção de empatias e solidariedades rebeldes, nos quais o “direito do mar” - aquele direito superior acordado em terra, que diz que nunca se pode deixar afogar um ser humano sem socorro – se podem opor ao direito da razão colonial. Do que existe escrito até ao momento, esta relação solidária produz-se, no sul da Itália e da Europa mediterrânea, a partir de um comum sentido de “não pertença”, que se opõe à produção do sentido de pertença a comunidades homogêneas em que assenta o projeto do moderno estado-nação europeu.

É possível, enfim, descolonizar a nossa leitura da “emergência dos refugiados”, a partir da complexidade que o Mediterrâneo oferece, a partir das identidades diaspóricas que sempre produziu, entre as suas margens?

Conclusões. *Méditerranée Sans Frontières*: desenhando mapas de emancipação.

A grande complexidade de referências geográficas que procurei tratar neste texto exemplifica muito bem a natureza intrinsecamente ambígua da geografia do Mediterrâneo: as dimensões de Sul e Norte, mudando o lugar de observação do mapa, mudam radicalmente.

O Mediterrâneo é, por definição, o Sul da Europa, do Norte Global.

O Mediterrâneo é, o mesmo tempo, o limite norte de África, parte do Sul Global.

O Mediterrâneo define um Sul interno para o norte e um norte interno ao Sul global.

O Mediterrâneo é uma fronteira deslocada, que, em muitos lugares, cruza mar e

¹⁵ Veja-se <http://www.sudcomune.it/2017/08/01/le-citta-senza-paura-e-il-nuovo-municipalismo-come-alternative-globali/>, acedido em julho de 2018. Sobre este tema, o texto de referência teórico é o de Harvey (2013).

terra.

O Mediterrâneo é o lugar de onde se parte e onde se chega.

A dificuldade teórica que o Mediterrâneo coloca, neste sentido, é, historicamente, um desafio aos ativistas e académicos. Todavia, esta representação do espaço do Mediterrâneo enquanto mar que une, mais que enquanto fronteira que divide, encontra uma tradução mais evidente noutros meios comunicativos que não são aqueles da teorização mais clássica: aqui refiro-me às práticas artísticas. Como exemplificado por Ian Chambers – estudioso inglês, que há muitos anos trabalha no Sul de Itália – no seu texto “Mediterrâneo blues: Musiche, malinconia postcoloniale, pensieri marittimi” (Chambers, 2012), o Mediterrâneo é, em primeiro lugar, um “paesaggio acustico”: ou seja, um conjunto de “geografias sensoriais” que desenham mapas, uma cartografia que subverte as certezas, em lugar de confirmá-las. O Mediterrâneo, na opinião de Chambers, é “um corpo de água, e nos seus cruzamentos acontece uma diáspora de ritmos, melodias, vozes, tonalidades”.¹⁶

Para além dos sons, o espaço do Mediterrâneo é lugar de necessárias práticas de “ativismo” (Cazzato-Silvestri, 2017)¹⁷ - ou seja de novas formas de ativismo políticos veiculados a práticas artísticas. E isto acontece porque a luta política neste espaço é, também, luta pelas representações e pela possibilidade de auto-representar-se de outra maneira.

Com essas reflexões quero deixar as conclusões deste texto em imagem e não em palavras. Em 2011, o artista e cartógrafo francês Sabine Rhétoré deu início a um projeto artístico com o nome de “Méditerranée Sans Frontières”:¹⁸ este projeto começa com a observação da impossibilidade de encontrar e comprar, no mercado francês contemporâneo, mapas do Mediterrâneo. A partir de aí, surge a pergunta: como é possível compreender um território, se faltam representações difundidas e acessíveis a todos? Desta necessidade de “representar um território para podê-lo compreender”, Rhétoré começa a produzir mapas do Mediterrâneo com diferentes perspectivas: representações clássicas e eurocêntricas de mapas do Mediterrâneo, com o azul do mar braqueado, para demonstrar que as distâncias de águas não são impossíveis de superar;

¹⁶ Tradução do italiano minha.

¹⁷ Este texto, com o título “S/Murare il Mediterraneo – Un/Walling the Mediterranean. Pensieri critici e attivismo al tempo delle migrazioni” é inteiramente dedicado a este tema.

¹⁸ Disponível em <http://mediterraneesansfrontieres.org/>.

mapas feitos de pedaços pequenos, que se juntam e se recompõe, “para reconhecer e para reconhecer-se”; mapas ao contrario daqueles “normais”; mapas nos quais ele reapresentou o Mediterrâneo sem as linhas das fronteiras entre os Estados, mas com o mar e a terras cruzados por infinitas linhas de caminhos feitos pelas pessoas que migram:

Reapresentei o Mediterrâneo assim, como eu o conheci: um lugar de movimentos à volta de uma grande superfície azul. Eu nunca desenhei as fronteiras que nos separam, mas as milhares de ruas que nos reconectam.¹⁹

Mapas, enfim, olhados duma perspectiva subversiva e desobediente, que desafiam o poder cartográfico que decidiu com arrogância quem está em cima e quem está em baixo, onde começa o Norte e onde fica o Sul: aquela “horizontalidade” do Mediterrâneo que desfia a verticalidade, na opinião de Cazzato (Cazzato Silvestri, 2017). Mapas onde o Sul e o Norte se confundem a volta de “uma superfície azul” que é menor do que às vezes parece, até a ficar simplesmente, uma pequena linha azul na vertical, entre a Sicília e a Tunísia, a Puglia e os Balcãs.

¹⁹ Presente na página de apresentação do projeto, escrito pelo artista em mediterraneesansfrontieres.org. A tradução do francês é minha.



Fig. 1: O Mediterrâneo

Bibliografia

Avallone, Gennaro (2017), *Sfruttamento e resistenze: migrazioni e agricoltura in Europa, Itália, Piana del Sele*. Verona: Ombre corte.

Avallone, Gennaro; Molinero, Yann (org.) (2016), "Producing Cheap Food and Labour: Migrations and Agriculture in the Capitalistic World-Ecology", *Social Change Review*, 14(2), 121-148.

Bellinvia, Tindaro; Poguisch, Tania (org.) (2018), *Decolonizzare le migrazioni. Razzismo, confini, marginalità*. Verona: Ombre corte.

Caruso, Francesco (2015), *La politica dei subalterni. Organizzazione e lotte del bracciantato migrante nel Sud Italia*. Roma: DeriveApprodi.

Cazzato, Luigi; Silvestri, Filippo (org.) (2016), *S/Murare il Mediterraneo. Pensieri critici e attivismo al tempo delle migrazioni*. Lecce: Pensa Multimedia.

Chambers, Ian (2012), *Mediterraneo blues. Musiche, malinconia postcoloniale, pensieri marittimi*. Torino: Bollati Boringheri.

Harvey, David (2012), *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London and New York: Verso.

McDougall, James; Scheele, Judith (2012), *Saharan Frontiers. Space and Mobility in Northwest Africa*. Bloomington: Indiana University Press.

Mbembe, Achille (2006), "Necropolitique", *Raisons politiques*, 21(1), 29-60.

Mezzadra, Sandro (2008), *La condizione postcoloniale. Storia e politica nel presente globale*. Verona: Ombre Corte.

Mezzadra Sandro; Neilson Breitt (2013), *Borders as a Method, or the Multiplication of Labor*. Durham, NC: Duke University Press.

Panico, Carla (2018), "I dannati della terra rossa: "realtà proteiforme" e colonialismo interno nel caso del lavoro agricolo migrante nel Sud Italia", *Revista Theomai*, 38, pp. 9-24 (Editora Universidad Nacional de Quilmes, Centro de Estudios e Investigaciones, Red Internacional de Estudios sobre Sociedad, Naturaleza y Desarrollo).

Santos, Boaventura de Sousa (1987), "Law: A Map of Misreading. Toward a Postmodern Conception of Law", *Journal of Law and Society*, 14 (3), 279-302.

Santos, Boaventura de Sousa (2000), "Não disparem sobre o utopista", in Santos, Boaventura de Sousa, *Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência*. Porto: Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (2007), “*Beyond Abyssal Thinking: From Global Lines to Ecologies of Knowledges*”. Review (Fernand Braudel Center), 30 (1), 45-89.

Santos, Boaventura de Sousa (2014), *Epistemologies of the South. Justice against Epistemicide*. Boulder/Londres: Paradigm.

Silverstein, Paul A. (2005), “Immigrant Racialization and the New Savage Slot: Race, Migration, and Immigration in the New Europe”, *Annual Review of Anthropology*, 34, 363–384.